

A ARTICULAÇÃO ENTRE ESTRUTURA E HISTÓRIA NA ARQUEOLOGIA DE MICHEL FOUCAULT

Débora Bráulio Santos¹

RESUMO: Este trabalho discute o problema da articulação entre *estrutura e história* na arqueologia de Foucault, especialmente na obra *As palavras e as coisas*. Sustentamos que o autor supera esta suposta dicotomia e renova o pensamento filosófico sobre a história, partindo de importantes lições do estruturalismo, da Escola dos Annales e da epistemologia francesa. Com o estruturalismo, ele aprende a priorizar a sincronia sobre a diacronia, retirando o privilégio da causalidade como índice de racionalização do real e inserindo um sistema de relações, simultâneas e não sucessivas, para pensá-lo em suas diferentes dimensões. Da Escola dos Annales, se apropria da ideia de história serial, construída a partir da análise da materialidade dos arquivos de uma época, em substituição à história como narrativa de eventos. Da epistemologia francesa, incorpora o método da história conceitual, as noções de racionalidade regional e descontinuidade, bem como a premissa de que os conceitos devem ser analisados à luz das práticas sociais e políticas de seu tempo. Não obstante a importância destas influências, o pensamento de Foucault realiza algo novo, operando, segundo Paul Veyne, uma espécie de “revolução científica” na filosofia da história, abrindo novas possibilidades para o diagnóstico de nosso presente.

Palavras-chave: Foucault; Arqueologia; História; Estruturalismo; Epistemologia.

ABSTRACT: This paper discusses the problem of the articulation between structure and history in Foucault's archeology, especially in his book *The Order of Things*. We claim that the author overcomes this supposed dichotomy and renews philosophical thinking about history, starting from important lessons of structuralism, the Annales School and French epistemology. With structuralism he learns to prioritize synchrony over diachrony, withdrawing the privilege of causality as an index of rationalization of the real, and inserting a system of relations, simultaneous rather than successive, to think of it in its different dimensions. From the Annales School, he appropriates the idea of serial history, built from the analysis of the materiality of the archives of an era, replacing history as a narrative of events. From French epistemology, he incorporates the method of conceptual history, the notions of regional rationality and discontinuity, as well as the premise that concepts must be analyzed in light of the social and political practices of their time. Despite the importance of these influences, Foucault's thought accomplishes something new, operating, according to Paul Veyne, a sort of "scientific revolution" in the philosophy of history, opening new possibilities for the diagnosis of our present.

Keywords: Foucault; Archeology; History; Structuralism; Epistemology.

¹ Mestrado em andamento em Filosofia na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Bolsista do: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)

A arqueologia do saber e a descoberta da ruptura

A arqueologia de Michel Foucault investiga a formação de saberes sobre o homem a partir das condições históricas de possibilidade para seu surgimento. Sua tese central reside na existência de configurações implícitas do saber, que a cada época, ordenam os objetos do conhecimento de um modo peculiar e assim, tornam possível a emergência de teorias científicas, ideias filosóficas, artísticas e literárias, bem como de instituições, práticas e costumes. Isto significa que os discursos de uma época “apresentam uma regularidade ou uma espécie de isomorfismo quanto às regras de formação, quando se trata da definição dos temas específicos de seu campo de investigação, da formação dos seus conceitos e da construção de suas teorias”, embora os sujeitos que os enunciem não tenham “clara consciência da simultaneidade ou da regularidade de tais regras”². Tais configurações determinam, portanto, muito antes dos sujeitos, o que é possível ou impossível ser pensado, dito e realizado em dado momento histórico.

Este procedimento metodológico é utilizado em três obras principais – *História da Loucura (HL)*, *Nascimento da Clínica (NC)* e *As palavras e as coisas (PC)*³. Em todas elas, os quadros do saber são definidos seguindo a mesma periodização: o Renascimento (século XVI), a época Clássica (XVII e XVIII) e a Modernidade (XIX ao XX). Um dos principais resultados destas investigações é a descoberta da descontinuidade entre tais períodos, nos campos do saber estudados por Foucault. Segundo ele, “esse tipo de pesquisa não é possível senão como análise do nosso próprio

² CANDIOTTO. *Notas sobre a arqueologia de Foucault em As palavras e as coisas*, p. 18.

³ Estas três obras compõem o período arqueológico de Foucault, juntamente com *Arqueologia do Saber (AS)*, que busca esclarecer o método da arqueologia. Entretanto, vale destacar, com Candiotto, que “os livros que constituem o chamado ‘momento arqueológico’ não formam uma unidade homogênea e compacta, não respondem às mesmas problematizações, não realizam os mesmos diagnósticos, de onde vem à dificuldade de estabelecer entre eles continuidades ou unidades temáticas. Ainda que Foucault lance olhares retrospectivos sobre seu trabalho e tente enquadrar suas principais obras em um fio condutor, esses olhares refletem menos sua preocupação no momento de escrita de cada livro, do que a maneira como ele é apropriado quando novas problematizações são suscitadas” (CANDIOTTO, *O Pensamento do Mesmo: entre utopias e heterotopias*, p. 170). As duas primeiras obras (*HL* e *NC*) focalizam tanto o discurso quanto instituições e práticas de cada época, ao passo que a obra central em nossas análises (*PC*) trata prioritariamente do discurso.

subsolo. (...) Se não tivesse havido nesse solo algo como uma ruptura, a arqueologia não seria nem possível nem necessária” 4.

Em *História da Loucura*, Foucault investiga as condições históricas de possibilidade dos discursos e das práticas que dizem respeito ao louco, considerado como doente mental. Seu objetivo é identificar as diferentes “experiências”, isto é, as diferentes formas como os homens se relacionaram em diferentes épocas com aquilo a que chamam loucura, para entender como se chegou à constituição de uma ciência que tem tal fenômeno como objeto. Suas análises mostram que a psiquiatria é uma ciência recente, pois, conceitualmente, é impossível falar de *doença mental* antes do final do século XVIII. Até então, a loucura era uma doença como as outras e estava integrada em um tipo de racionalidade médica, própria da era clássica, quando ainda não existia diferença entre o físico e o mental. Ele identifica, portanto, ruptura entre o saber clássico e o moderno, no nível das teorias médicas, e também, ao nível das práticas: até o final do século XVIII, não havia hospital psiquiátrico ou instituição terapêutica específica para loucos.

Em seu segundo livro do período arqueológico, *Nascimento da clínica*, o autor investiga as condições históricas que tornaram possível o surgimento da medicina moderna, e mostra que a medicina clássica, diferente desta, é uma medicina classificatória. As doenças eram vistas como um conjunto de sintomas – classificá-las significava estabelecer identidades e diferenças entre elas, em um espaço nosográfico, organizando um quadro com classes, ordens, gêneros, espécies. A medicina moderna surge com a anatomo-clínica, a partir do momento em que o conceito de doença se transforma: esta não é mais definida a partir dos sintomas, mas do exame de cadáveres. “É a famosa teoria das discontinuidades: não existe ‘loucura através dos tempos’, religião ou medicina através dos tempos. A medicina anterior à clínica só tem o nome em comum com a medicina do século XIX” 5.

Em *As palavras e as coisas*, Foucault se volta para a formação das ciências humanas, investigando as condições de possibilidade do surgimento do sujeito moderno, e descobre novamente rupturas entre o saber do Renascimento: o saber

⁴ FOUCAULT, *DE1*, p. 528. As citações da coletânea *Dits et Écrits (Dits et Écrits)*. Paris: Gallimard. 2001. 2 volumes) serão feitas como *DE1* ou *DE2*, com o número referindo-se ao volume. Em todas as citações dos dois volumes, as traduções são minhas.

⁵ VEYNE. *Como se escreve a história. Foucault revoluciona a história*, p. 172.

clássico e o moderno, sendo que estes agora são definidos como *epistemes*⁶. A *episteme*, como uma configuração espacial que torna possível o saber, e define a ordenação das coisas e das palavras em cada época: é um conjunto de condições de possibilidade históricas – ou *a priori histórico*⁷.

Esse *a priori* é aquilo que, numa dada época, recorta na experiência um campo de saber possível, define o modo de ser dos objetos que aí aparecem, arma o olhar cotidiano de poderes teóricos e define as condições em que se pode sustentar sobre as coisas um discurso reconhecido como verdadeiro⁸.

A *episteme* renascentista é determinada pela figura da *semelhança*: Deus deixou assinalações impressas nas coisas a serem decifradas pelo homem, permitindo a ele conhecer a natureza. A atividade principal do saber é a *interpretação*. Os signos são naturais, havendo uma ligação direta entre as palavras e as coisas. Daí a importância da exegese e do comentário. A partir do século XVII, na *episteme* clássica, a *semelhança* dará lugar à *representação*, rompendo o vínculo natural (e sobrenatural) entre as coisas e as palavras. Os signos passam a ser instituídos de forma arbitrária, visando à transparência entre eles e seus referentes. O que se descobre no mundo não é mais a *semelhança*, que é enganadora, mas a identidade e a diferença, cabendo ao pensamento reflexivo instaurar uma ordem para a natureza. O que caracteriza a *episteme* clássica é a “*máthêsis*, que seria ciência geral da ordem”⁹. No lugar do comentário, encontraremos as taxinomias e classificações. Neste período, Foucault investiga os saberes da História natural, da Análise das Riquezas e da Gramática Geral, já que são estes os domínios do

⁶ A *episteme* define o campo de análise da arqueologia. Nas primeiras obras, *HL* e *NC*, já estão presentes as configurações do saber que se transformam profundamente de uma época para outra (com a mesma marcação temporal). Porém, apenas em *PC* eles ganham o nome de *episteme*, e uso do termo se relaciona ao fato de se tratar de uma análise puramente discursiva. Na *AS*, Foucault esclarece esta noção a partir de outras como “formação discursiva”, “enunciado” e “arquivo”, explicando que a *episteme* não é “um tipo de racionalidade que, atravessando as ciências mais diversas, manifestaria a unidade soberana de um sujeito, de um espírito ou de uma época; é o conjunto das relações que podem ser descobertas, para uma época dada, entre as ciências, quando estas são analisadas no nível das regularidades discursivas” (FOUCAULT, *A arqueologia do saber*, p. 214). Nas palavras de Candiotti, “*épistémè* designa as condições históricas a partir das quais filosofias e saberes empíricos, científicos ou não, são apreensíveis ao conhecimento. Trata-se da rede, do campo aberto no qual as múltiplas discursividades se relacionam entre si” (CANDIOTTO, *Notas sobre a arqueologia de Foucault em As palavras e as coisas*, p. 17).

⁷ O termo faz alusão clara à Kant. Foucault retém a ideia de condição de possibilidade, porém a coloca no horizonte da história, o que é problemático, já que para Kant o que está no domínio da experiência é o *a posteriori*, estando o *a priori* no domínio do transcendental. De todo modo, ao falar em *a priori histórico*, Foucault se refere a um *a priori na história*, e não *da história*. (GIMBO, *A arqueologia de Foucault entre a estrutura e a história*, p. 80).

⁸ FOUCAULT, *As palavras e as coisas*, p. 219.

⁹ *Ibid*, p. 188.

saber que irão desembocar nas modernas ciências empíricas, que tomam o homem como objeto.

Na época clássica, “o homem não era fonte transcendental de significação”, de modo que sua “função de relacionar as representações e as coisas não poderia ser problematizada”¹⁰. A *episteme* moderna tem início quando a representação perde a transparência, e a tarefa de torná-la possível passa a ser do homem. No lugar das representações que constituíam os seres vivos, as riquezas e as palavras, surgem os objetos empíricos *vida, trabalho e linguagem*, todos eles reportados ao próprio homem. Essas positivities marcam a *historicidade* que as constitui¹¹. Por suas limitações factuais, o homem se descobre como um ser finito¹², aparecendo, então, como coisa empírica, objeto para o saber, e sujeito que conhece: condição de possibilidade do conhecimento. Foi apenas quando se constituiu esse “duplo empírico-transcendental”, na esteira de Kant, que o homem apareceu como figura epistêmica, abrindo caminho para o surgimento das *ciências humanas*.

Tais ciências “estudam o homem enquanto ele se representa a vida na qual está inserida sua existência corpórea, a sociedade em que se realiza o trabalho, a produção e a sua distribuição, e o sentido das palavras”¹³. Sendo assim, elas não lidam com positivities, e sim com a representação dos conceitos das ciências empíricas, importando seus modelos.

Vê-se que as ciências humanas não são uma análise do que o homem é por natureza; são antes uma análise que se estende entre o que o homem é em sua positividade (ser que vive, trabalha, fala) e o que permite a esse mesmo ser saber (ou buscar saber) o que é a vida, em que consistem a essência do trabalho e suas leis, e de que modo ele pode falar¹⁴.

Além disso, tais ciências erram ao tentar fornecer um conceito unívoco de homem, fundando a significação no sujeito, ao passo que este é desde Kant marcado

¹⁰ DREYFUS; RABINOW, *Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica*, p. 22.

¹¹ Se a forma fundamental da *episteme* renascentista foi a semelhança e a da *episteme* clássica, a ordem, a da modernidade será a história. O fluxo da temporalidade definirá o modo de ser de tudo o que nos é dado na experiência, tanto das empiricidades quanto aquilo a partir do qual elas são possíveis.

¹² “No fundamento de todas as positivities empíricas e do que se pode indicar como limitações concretas à existência do homem, descobre-se uma finitude – que em certo sentido é a mesma: ela é marcada pela espacialidade do corpo, pela abertura do desejo e pelo tempo da linguagem” (FOUCAULT, *As palavras e as coisas*, p. 434).

¹³ MACHADO, *Foucault, a ciência e o saber*, p. 130.

¹⁴ FOUCAULT, *As palavras e as coisas*, p. 488.

pela duplicidade. Este “sono antropológico” acomete tanto as ciências humanas, quanto as filosofias modernas (fenomenologia, existencialismo e outras marcadas pelo humanismo).

A tese central do livro consiste na afirmação de que o homem é uma invenção recente, cujo fim talvez esteja próximo. Invenção recente, pois, como vimos, só na modernidade ele surge como objeto para o saber. Já o fim próximo se relaciona diretamente com o estruturalismo, que seria uma espécie de alternativa para as ciências humanas, diante de sua fragilidade epistemológica¹⁵. A Linguística, a Etnologia e a Psicanálise, consideradas por Foucault como *contra-ciências*, iriam na direção contrária às ciências humanas, ao substituir o homem pelas estruturas e formas objetivas (da língua falada, das regras da cultura e das leis do desejo), de modo que este desapareceria enquanto figura do saber. Além da importância das contra-ciências estruturais em *PC*, a *episteme* exerce ela própria o papel de estrutura, passível de ser formalizada porque definida por regras e constantes, colocando-se perante o saber de uma época com caráter de necessidade, na medida em que o condiciona. A passagem de uma *episteme* a outra indica uma ruptura, uma descontinuidade no quadro do saber, não sendo definíveis causas para tais mudanças. O autor recusa tanto uma análise linear e causal, quanto um desenvolvimento dialético, voltando-se contra a teleologia da história, de um lado, e contra o sujeito constituinte e o caráter fundante da consciência, de outro.

A dicotomia estrutura X história

O método arqueológico levanta um problema central, que se mostra de forma contundente na obra *As palavras e as coisas*: a tensão entre o campo da história e o da estrutura, a contingência e a necessidade, a indeterminação e a formalização. Tal método recebeu diversas críticas, tanto pela ideia de que haveria um quadro implícito, anterior ao sujeito, que determina as possibilidades históricas do saber – ou seja, pela presença da estrutura, entendida como necessidade, formalização de caráter determinista (em relação à liberdade do sujeito) – quanto por apontar rupturas, descontinuidades, sem

¹⁵ Tal fragilidade se refere, portanto ao fato de que o homem ser “ao mesmo tempo analisado como objeto empírico por parte das ciências e elevado à condição de sujeito transcendental pelas filosofias. Resulta de tal ambiguidade a impossibilidade de postular sua unidade. Ao contrário, essa invenção recente na ordem saber, é inseparável de sua múltipla e iminente dispersão em razão de sua frágil constituição. Fragilidade que é extensiva às ciências que buscam objetivá-lo: as chamadas ciências humanas, que se movem num terreno movediço, quase inapreensível” (CANDIOTTO, *Notas sobre a arqueologia de Foucault em As palavras e as coisas*, p. 15).

que fosse possível apresentar suas causas, ou sem que houvesse, segundo os críticos, também articulações e continuidades – ou seja, pela eliminação da história, de toda forma de causalidade, da contingência e da possibilidade de transformação (por meio da *práxis* humana). Seria, segundo tais críticas, impossível conciliar estrutura e história¹⁶. O estruturalismo, ao privilegiar a sincronia e deixar em segundo plano o eixo temporal, correria o risco de um a-historicismo, de uma neutralização do tempo ou de deixar a história ao sabor do acaso.

Nossa hipótese, porém, é de que em sua arqueologia, Foucault apresenta um avanço importante: aplica métodos da análise estrutural, mas mantém-se dentro do campo da história. Isso é possível através da articulação entre o estruturalismo, os conceitos e práticas introduzidos pela Escola dos Annales¹⁷, a metodologia da escola epistemológica francesa¹⁸, somadas às inovações que o filósofo apresenta com suas análises.

O estruturalismo permite a Foucault¹⁹ escapar de uma reflexão exclusivamente causal, ao abordar os objetos em seu aspecto de sistema, isto é, como um conjunto de relações entre partes tomadas a partir de suas ligações sincrônicas.

¹⁶ Uma das críticas mais famosas e elucidativas é a de Sartre: “Uma tendência dominante, pelo menos, porque o fenômeno não é geral: é a recusa da história. O sucesso do último livro de Michel Foucault é característico. O que encontramos em *As palavras e as coisas*? Não é uma "arqueologia" das ciências humanas. O arqueólogo é alguém que procura vestígios de uma civilização desaparecida para tentar reconstruí-la. (...) O que Foucault nos apresenta é (...) uma geologia: a série de camadas sucessivas que formam nosso "solo". Cada uma dessas camadas define as condições de possibilidade de um certo tipo de pensamento que triunfou durante um certo período. Mas Foucault não nos diz qual seria o mais interessante: saber como cada pensamento é construído a partir dessas condições, nem como os homens passam de um pensamento para outro. Para fazer isso, teria que envolver *práxis* e, portanto, história, e é precisamente isso que ele recusa”. (SARTRE, *Jean-Paul Sartre répond*. 1º parágrafo).

¹⁷ A Escola dos Annales, fundada por Lucien Febvre e Marc Bloch em 1929, é uma geração de “novos historiadores” franceses que teve grande relevância no campo da história na França no século XX, ao combater o positivismo histórico, a história como narrativa (sequência) de eventos, propondo a criação de séries, com periodizações diversas.

¹⁸ Podemos identificar duas grandes escolas do pensamento epistemológico contemporâneo: a anglo-americana, cuja abordagem logicizada se assenta sobre a filosofia analítica, e a continental franco-alemã, cuja abordagem historicizada se assenta sobre as histórias da filosofia e das ciências. Nesta segunda vertente, denominada de epistemologia histórica, encontramos Michel Foucault, ao lado de Gaston Bachelard e Georges Canguilhem.

¹⁹ A relação de Foucault com o estruturalismo é ambígua, tendo ele tanto afirmado quanto negado tal vinculação. “O que tentei fazer foi introduzir as análises de estilo estruturalista em domínios nos quais elas não haviam penetrado até o presente, isto é, no domínio da história das ideias, da história do conhecimento, da história da teoria. Nesse sentido, fui levado a analisar em termos de estrutura o nascimento do próprio estruturalismo” (FOUCAULT, *DE1*, p. 611). “Não tenho nenhuma ligação com o estruturalismo e nunca usei o estruturalismo para análises históricas” (FOUCAULT, *DE2*, 80). Em todo caso, pode-se dizer que *NL* e *PC* marcam uma aproximação de Foucault ao estruturalismo, e, a partir daí, com a inflexão para a genealogia do poder, notaremos um progressivo afastamento. Mas apesar da inflexão, Foucault jamais desautorizou o método da arqueologia e suas implicações. Mais do que isso, é possível notar como “a genealogia se apoia nos resultados arqueológicos de historicização do transcendental e recusa de uma teleologia progressista. Resultados esses obtidos a partir de uma análise focada na historicidade de sistemas de saber e não de relações de poder e dominação. Daí a importância

Descobrimos que a racionalização de um campo empírico não consiste somente em descobrir e poder assinalar esta relação precisa de causalidade, mas a expor todo um campo de relações que são provavelmente semelhantes às relações lógicas. [...] Nos encontramos assim na presença de um instrumento formidável de racionalização do real, e nos apercebemos que esta racionalização tão fecunda do real não passa mais pela designação do determinismo e da causalidade²⁰.

Compreender um objeto a partir de sua sistematicidade ou logicidade interna permite que ele apareça em sua singularidade, como mostraram Saussure na linguística, Barthes na literatura, Dumézil e Lévi-Strauss na análise dos mitos. Tal reflexão, no entanto, não deixa de ser histórica – afinal, “o sucessivo é apenas uma dimensão da história; a simultaneidade de dois acontecimentos não é menos um fato histórico do que sua sucessão”²¹. A sincronia não nega o tempo em si, e sim certa concepção do tempo como continuidade e da história como narrativa de eventos, as quais dependem de uma concepção transcendental e universal de sujeito. Segundo o autor, o que caracteriza o estruturalismo de um ponto de vista negativo é o questionamento do estatuto antropológico, do privilégio do sujeito e da consciência humana. De um ponto de vista positivo, é a exploração de um “inconsciente”, isto é, as formas, os sistemas, as correlações lógicas que podem existir entre os elementos de um campo de saber – como a linguagem, a literatura, a etnologia – ou entre diferentes campos de saber, como ele buscou mostrar²². Nesta perspectiva, o estruturalismo, ao invés de se desviar da história, “foi uma empresa cujo propósito era dar um método mais preciso e rigoroso às pesquisas históricas”²³, pois compreender um objeto a partir de sua sistematicidade interna permite que ele apareça em sua singularidade, evidenciando sua história como um movimento de *transformação* constante. A história, segundo Foucault, “deve ser antes compreendida como análise das transformações de que são efetivamente suscetíveis, as sociedades”²⁴. “Uma análise é estrutural quando estuda um sistema transformável e as condições sob as quais essa transformação é realizada”²⁵.

de compreendermos tanto as linhas de descontinuidade, quanto de continuidade, no que toca a passagem entre as pesquisas da década de 60 e 70” (GIMBO, *A arqueologia de Foucault entre a estrutura e a história*, p. 86).

²⁰ FOUCAULT, *DE1*, p. 852.

²¹ *Ibid*, p. 854.

²² *Ibid*, p. 681.

²³ *Ibid*, p. 1136.

²⁴ *Ibid*, p. 1141.

²⁵ *Ibid*, p. 1144.

Neste sentido, a empreitada estruturalista teria uma importante confluência com o método historiográfico da Escola dos Annales. Tal método se opunha ao caráter narrativo e continuísta da história tradicional, teleológica, que confere inteligibilidade aos eventos integrando-os em uma sucessão. Ele propunha, ao contrário, a articulação de *séries* a partir da materialidade concreta dos documentos, com durações diversas (curtas, médias e longas), levando em conta a dispersão dos fatos, a contingência e os cortes. Esta história serial, segundo Foucault, oferece um novo sentido à noção de acontecimento (*événement*), e “as duas noções fundamentais da história tal como ela se faz hoje não são mais o tempo e o passado, mas a *transformação* e o *acontecimento*”²⁶. Na história tradicional, o acontecimento era visível, mas sua causa ou sentido estavam escondidos “por trás” dos documentos da época, cabendo ao historiador desvendá-los. Na “nova história”, ao contrário, o historiador busca as relações internas e externas do corpo de documentos, o que faz aparecerem diversas camadas de acontecimentos, dos quais alguns são visíveis e conhecíveis para seus contemporâneos, e outros invisíveis. Esta camada escondida de acontecimentos difusos “determinam profundamente a história do mundo. Pois sabemos muito bem que a inversão de uma tendência econômica é muito mais importante que a morte de um rei”²⁷. Vale lembrar que nem este historiador nem o estruturalista buscam em seu objeto de estudo, o que ele “esconde” da mentalidade de uma civilização, mas fazem aparecer o sistema de relações próprias a este objeto. As consequências destes métodos são, portanto, a multiplicação das durações, de um lado, e das discontinuidades, de outro.

“O estruturalismo e a história contemporânea são instrumentos teóricos graças aos quais se pode, contra a velha ideia de continuidade, pensar realmente a discontinuidade dos acontecimentos e a transformação das sociedades”²⁸.

Embora as mudanças no campo metodológico da história coincidam com alguns problemas colocados pelo estruturalismo, tais problemas, no entanto,

não foram importados da linguística ou da etnologia (...), mas nasceram no campo da própria história (...); não autorizam, de modo algum, que se fale de uma estruturalização da história, ou, ao menos,

²⁶ Ibid, p. 1141.

²⁷ Ibid, p. 1146.

²⁸ Ibid, p. 1149.

de uma tentativa para superar um ‘conflito’ ou uma ‘oposição’ entre estrutura e devir (...). A oposição estrutura-devir não é pertinente nem para a definição do campo histórico nem, sem dúvida, para a definição de um método estrutural²⁹.

Ou seja, de um lado, Foucault reconhece uma relativa autonomia das mudanças no método historiográfico, trazidas pela Escola dos Annales, em relação ao movimento do estruturalismo que crescia com as demais ciências humanas. De outro, condena a dicotomia *estrutura X devir*, tanto em um domínio quanto em outro.

A crítica do continuísmo em história é uma lição que Foucault aprendeu também com a epistemologia de Bachelard e Canguilhem, que levanta críticas semelhantes às da Escola dos Annales no campo da história das ciências, opondo-se à história factual, descritiva, como crônica de acontecimentos. “É a característica da história que apenas expõe resultados, celebra datas, relata descobertas, traça biografias ou procura precursores das teorias atuais. É sobretudo a crítica do precursor”³⁰. A história das ciências deve, ao contrário, ser uma história dos conceitos, pois é a formação destes que permite compreender as operações da ciência – o conceito expressa a racionalidade e a verdade científica. A inter-relação conceitual entre diferentes campos da ciência evidencia o aspecto sincrônico, estrutural, do discurso científico.

Apesar deste caráter sincrônico, a ciência também é processo, devir, sendo que, para a epistemologia francesa, o *progresso* é um componente essencial da cultura científica. Isto porque esta se desenvolve sempre rumo a uma verdade e uma racionalidade cada vez maiores³¹. No entanto, o progresso não é contínuo, evolutivo, não é a descoberta de uma verdade que sempre existiu, mas sim descontínuo, dialético, realizando-se “por meio de rupturas sucessivas, por negação, por ‘liquidação do passado’”³². A ciência não *desvela* uma verdade, mas a *produz*, no sentido de que só os seus procedimentos são capazes de produzi-la. O progresso da ciência não corresponde a um “progresso do espírito humano”, e o erro, não tendo caráter negativo, possui valor como tal. Bachelard desclassifica toda pretensão de um racionalismo geral e propõe um racionalismo regional – não há critérios de racionalidade válidos para toda a ciência, e

²⁹ FOUCAULT, *A arqueologia do saber*, p. 12, 13.

³⁰ MACHADO, *Foucault, a ciência e o saber*, p. 17.

³¹ A história da ciência tem, portanto um caráter normativo, pois visa julgar seu passado, avaliá-la quanto à produção de verdade, a partir de sua condição na atualidade, que é sua forma mais avançada (embora provisória). Esta é uma importante diferença de Foucault em relação à epistemologia francesa, pois a arqueologia é crítica da própria ideia de racionalidade, abandonando a questão da cientificidade e a ideia de progresso da razão.

³² MACHADO, *Foucault, a ciência e o saber*, p. 30.

sim diferentes regiões de cientificidade. Assim, a história epistemológica deve abandonar toda perspectiva continuísta, e voltar-se para a descontinuidade. Além disso, ela deve relacionar os conceitos com as práticas sociais e políticas³³. Deste modo, esta escola coloca o foco no *processo de produção* do conhecimento científico, operando uma historicização da racionalidade científica.

Foucault e a história: uma filosofia da relação

Apropriando-se a seu modo destas importantes lições do estruturalismo, da Escola dos Annales e da epistemologia francesa, Foucault pôde inserir a análise histórica dentro do pensamento sistêmico, aplicando-os ao domínio da história das ideias. Aqui cabe evidenciar as principais inovações da arqueologia foucaultiana. De um lado, a ampliação dos objetos da análise epistemológica, ao visar o saber como uma camada anterior à ciência, e inserir as ciências humanas, até então pouco visadas pela epistemologia, devido a seu baixo grau de cientificidade. Foucault cria um método que recua na escala que define este grau, e permite um estudo analítico e filosófico do saber, voltando-se para as condições de possibilidade do surgimento mesmo destas ciências.

De outro lado, isto só é possível pela utilização de um novo método de análise histórica, que coloca a história no centro, mas mantém-se dentro do campo específico da filosofia. Paul Veyne nos ajuda a compreender o passo determinante dado por Foucault, ao qual se refere como uma “reviravolta copernicana”³⁴. A história tradicional voltava seus olhos para certos “objetos naturais” (*a política, o poder, o Estado, a loucura etc.*), que seriam como que a parte *emersa* de um iceberg. A parte *imersa* são as práticas históricas que objetivaram tais objetos, fazendo com que se tornassem o que foram em cada época³⁵. “O objeto não é senão o correlato da prática”,

³³ “Nem procura deduzir, derivar a ciência de ‘suas relações com interesses econômicos e sociais, com exigências e práticas técnicas, com ideologias religiosas ou políticas’, nem se limita à análise interna dos procedimentos científicos considerados como independentes e autônomos” (Ibid, p. 24).

³⁴ “Foucault é o historiador acabado, o remate da história. Esse filósofo é um dos grandes historiadores de nossa época, e ninguém duvida disso, mas poderia, também, ser o autor da revolução científica atrás da qual andavam todos os historiadores” (VEYNE, *Como se escreve a história. Foucault revoluciona a história*, p. 151).

³⁵ O exemplo de Veyne é o seguinte: em certo período histórico, um governante objetiva seus governados como “população”, outro, em outro período, como “povo-rebanho” etc. Não se deve pensar nos “governados” como um objeto natural que mantenha algum tipo de essência a despeito das variações históricas que sofre. “Em vez de acreditar que existe uma coisa chamada de *os governantes* relativamente à qual os governados se comportam, consideremos que *os governados* podem ser tratados seguindo práticas tão diferentes, de acordo com as épocas, que os ditos governados não têm senão o nome em comum. (...) Aparentemente, isso não é senão um modo de falar, uma modificação das convenções de

ou seja, “a relação determina o objeto, e só existe o que é determinado”³⁶. Foucault opera uma *historicização* destes falsos objetos naturais, ao substituir “essa filosofia do objeto tomado como fim ou como causa por uma filosofia da relação”, encarando “o problema pelo meio, pela prática ou pelo discurso”³⁷. Essa *relação* não havia sido de fato destacada nem pelo estruturalismo, nem pela Escola dos Annales ou pela epistemologia histórica.

Foucault resolveu a dificuldade mediante uma filosofia nietzschiana do primado da relação: *as coisas só existem por relação (...) e a determinação dessa relação é sua própria explicação*. Enfim, tudo é histórico, tudo depende de tudo (...), nada existe transitoriamente, e explicar um pretense objeto consiste em mostrar de que *contexto* histórico ele depende³⁸.

A relação entre o objeto de estudo e a prática que o objetiva, oferece a chave para uma explicação *histórica* de ambos, e dissolve a dicotomia entre estrutura e história. Isso ocorre na medida em que a pergunta pelo *porque* de uma objetivação ter dado lugar à outra – isto é, pela “causa”, ou, poderíamos dizer, a explicação para a passagem de uma *episteme* a outra – é respondida “pelas razões as mais positivas, as mais históricas e quase as mais materialistas do mundo”. Tal resposta seria “o conjunto da história”, isto é, um conjunto de transformações que só pode ser apreendido através de uma descrição precisa das práticas da época, sem “*pressupor nada mais; não pressupor que existe um alvo, um objeto, uma causa material*”³⁹.

Mas cada prática, ela própria, com seus contornos inimitáveis, de onde vem? Das mudanças históricas, muito simplesmente, das mil transformações da realidade histórica, isto é, do resto da história, como todas as coisas. Foucault não descobriu uma nova instância, chamada “prática”, que era, até então, desconhecida: ele se esforça para ver a prática *tal qual é realmente; (...)* Ele não diz: “descobri uma espécie de inconsciente da história, uma instância preconceptual, a que chamo prática ou discurso, e que dá a verdadeira explicação da história”. (...) Nada é mais injustificável do que acusá-lo de reduzir nossa história a um processo intelectual tão implacável quanto irresponsável⁴⁰.

vocabulário; na realidade, opera-se uma revolução científica nessa mudança de palavras: (...) os falsos problemas morrem por asfixia e o problema verdadeiro aparece” (Ibid, p. 154).

³⁶ Ibid, p. 159.

³⁷ Ibid, p. 166.

³⁸ Ibid, p. 198.

³⁹ Ibid, p.157.

⁴⁰ Ibid, p. 159, 160.

Descrever positivamente as práticas ou analisar os discursos tal qual foram ditos⁴¹ permite evidenciar, em uma análise de tipo estruturalista, a gramática oculta que os rege. Mas isso não significa que se trata de uma estrutura de caráter transcendental: “o que é dito ou feito tem uma gramática casual, não uma gramática lógica, coerente, perfeita. São os acasos da história, (...) não é uma Razão que edifica um sistema coerente”⁴². Neste sentido, para Veyne, a intuição inicial de Foucault não seria a estrutura⁴³, nem o corte, nem o discurso, mas a *raridade*: “os fatos humanos são raros, não estão instalados na plenitude da razão, há um vazio em torno deles para outros fatos que o nosso saber nem imagina”⁴⁴.

De um lado, não havendo objetos naturais, não há evolução ou modificação de um mesmo objeto ao longo do tempo – a história não pode ser linear, teleológica. Entre o que um objeto é em certo momento histórico e o que se torna em outro (pela mudança nas práticas que o objetivam), há um “vazio”, uma ruptura, a qual, embora represente o limite de um sistema de saber, que pode ser analisado em sua sistematicidade interna, escapa à lógica da causalidade, e à tentação da razão de tudo apreender e unificar. Ao mesmo tempo, porém, se olhamos para as práticas, é impossível permanecer em um estado de fixidez, necessidade ou determinismo que seria supostamente o da estrutura, pois as práticas são atravessadas pela contingência e abertura características da história. Afinal, “por que uma estrutura se explicaria, inteiramente, pela estrutura precedente? Por que, ao contrário, lhe seria completamente estranha?”⁴⁵.

A descontinuidade existe e explica muito a respeito do objeto e das práticas que o objetivaram, mas não é pura ruptura, e sim um limite, zona de transformação de um problema, limiar entre “o dentro e fora de um pensamento, o vazio e o novo espaço discursivo; é o *entre-épocas*, onde a contingência dos acontecimentos resplandece e a

⁴¹ As duas instâncias são correlatas: para Foucault, o discurso é também uma prática. “A palavra *discurso* ocorre tão naturalmente para designar o que é dito quanto o termo prática para designar o que é praticado. Foucault não revela um discurso misterioso, diferente daquele que todos nós temos ouvido: unicamente, ele nos convida a observar, com exatidão, o que assim é dito” (Ibid, p. 160). Ou, nas palavras de Foucault, “o ‘arquivo’ aparece então como um tipo de grande prática dos discursos, prática que tem suas regras, suas condições, seu funcionamento e seus efeitos. Os problemas colocados pela análise desta prática são os seguintes: Quais são os diferentes tipos particulares de prática discursiva que se pode encontrar em uma dada época? Quais são as relações que se pode estabelecer entre essas práticas? Que relações elas mantêm com as práticas não-discursivas, por exemplo, políticas, sociais, econômicas? Quais são as transformações das quais essas práticas são susceptíveis?” (FOUCAULT, *DE1*, p. 787).

⁴² VEYNE, *Como se escreve a história. Foucault revoluciona a história*, p. 161.

⁴³ “A filosofia de Foucault não é uma filosofia do ‘discurso’, mas uma filosofia da relação, pois ‘relação’ é o nome do que se designou por ‘estrutura’” (Ibid, p. 177, grifos nossos).

⁴⁴ Ibid, p. 151.

⁴⁵ Ibid, p. 173.

cultura ganha seus contornos epocais”⁴⁶. É um espaço de onde o novo irá brotar – o novo nasce, portanto, desse solo, estando também ligado a este⁴⁷. Ao contrário de remeter a uma instância transcendental, a-histórica, sendo obstáculo, figura negativa que demonstra a falência de um princípio racional de explicação causal ou dialética, a descontinuidade é o lugar privilegiado de apreensão da história.

Para a história, em sua forma clássica, o descontínuo era, ao mesmo tempo, o dado e o impensável; (...) o que devia ser, pela análise, contornado, reduzido, apagado, para que aparecesse a continuidade dos acontecimentos. A descontinuidade era o estigma da dispersão temporal que o historiador se encarregava de suprimir da história. Ela se tornou, agora, um dos elementos fundamentais da análise histórica. (...) de onde poderia ele [o historiador] falar, na verdade, senão a partir dessa ruptura que lhe oferece como objeto a história - e sua própria história?⁴⁸.

Sendo assim, podemos dizer, com Veyne, que “toda história é arqueológica por natureza e não por escolha”⁴⁹ e que “Foucault é o historiador em estado puro: tudo é histórico, a história é inteiramente explicável”⁵⁰.

Esta nova forma foucaultiana de abordar a história tem como efeito um processo de desnaturalização daquilo que antes aparecia como natural e familiar. Segundo CandiOTTO, o pensamento crítico de Foucault “objetiva inquietar as certezas e adotar uma atitude de recuo relativamente às naturalizações sociais pelo viés da acontecimentalização da história”, sendo que “acontecimentalizar a história” significa justamente “delimitar um conjunto de conceitos e sua descrição no momento em que foram elevados à condição de objetos para o saber”, ou seja, identificar porque algo que, em certo momento histórico, não era objeto para o pensamento, em outro momento aparece como tal, devido à mudança nas configurações dos saberes (isto é, nas *epistemes*)⁵¹. Se cada época possui uma configuração própria do saber, cada uma delas

⁴⁶ GIMBO, *A arqueologia de Foucault entre a estrutura e a história*, p. 80.

⁴⁷ Neste sentido, as críticas que acusam Foucault de ter, em *PC*, apresentado uma descontinuidade não explicada (na transição entre *epistemes*) são equivocadas porque operam com concepções (de tempo, história, sujeito, razão, etc.) estranhas ao pensamento foucaultiano – aliás, são precisamente as concepções contra as quais se volta toda a empreitada filosófica do autor. Na passagem entre *epistemes*, nunca há uma descontinuidade absoluta, mas séries de acontecimentos que se articulam. Como afirma Gimbo, em *PC*, “a transformação histórica e seus efeitos contingentes aparecem por entre as descrições sistemáticas das *epistemes*” (GIMBO, *A arqueologia de Foucault entre a estrutura e a história*, p. 79, 80).

⁴⁸ FOUCAULT, *Arqueologia do saber*, p. 9.

⁴⁹ VEYNE, *Como se escreve a história. Foucault revoluciona a história*, p. 181.

⁵⁰ *Ibid*, p. 173.

⁵¹ CANDIOTTO, *O Pensamento do Mesmo: entre utopias e heterotopias*, p. 170.

é, segundo CandiOTTO, marcada pela *raridade*, como havia dito Veyne, e isto evidencia que “inexiste uma maneira única ou progressiva de ordenar os saberes que desembocaria nas ciências modernas”, já que “cada época somente pode pensá-los e apreendê-los a partir de sua própria problematização”⁵². Não cabe, portanto, pensar problemas de nossa configuração atual do saber, a partir de outras configurações anteriores e vice-versa. Esta descontinuidade “que nos separa da geografia do passado e suas coerências”, tem como efeito “o estranhamento em relação às coerências tornadas habituais em nossa própria época”, de modo que a descrição destas outras configurações de saber “impõe uma marca para o diagnóstico do presente”.

Sem a diferença entre o que nomeamos e pensamos na configuração do presente e aquelas a partir das quais já não podemos mais nomear e pensar, não saberíamos por que nos tornamos quem somos, ou ainda, não sentiríamos um desconforto sobre as coerências em torno daquilo que tornamos natural⁵³.

Ao evidenciar as configurações epistemológicas de outras épocas históricas e sua radical diferença em relação à nossa, a arqueologia de Foucault deixa ver os espaços estabelecidos e naturalizados de nossa ordem epistemológica vigente, fazendo com que tal ordem, até então implícita, apareça. Na medida em que ela se apresenta enquanto atravessada pelo tempo e pelo espaço, tendo, portanto um caráter histórico deixa de aparecer como sendo a única possível. Ao compreendermos como esta ordem veio a se constituir historicamente, como viemos a pensar o que pensamos hoje, abre-se a possibilidade de que, estranhando o que nos era até então familiar, venhamos a pensar diferentemente.

REFERÊNCIAS

CANDIOTTO, César. Notas sobre a arqueologia de Foucault em As palavras e as coisas. *Rev. Filos., Aurora*, Curitiba, v. 21, n. 28, p. 13-28, jan./jun. 2009.

_____. O Pensamento do Mesmo: entre utopias e heterotopias. *Rev. dois pontos:*, Curitiba, São Carlos, volume 14, número 1, p. 169-179, abril de 2017.

⁵² Idem.

⁵³ Idem.

DREYFUS, Hubert. RABINOW, Paul. *Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Trad. Vera Porto Carrero. RJ: Forense Universitária, 1995.

DOMINGUES, Ivan. *O continente e a ilha: Duas vias da filosofia contemporânea*. SP: Loyola, 2009.

DOSSE, François. *História do estruturalismo* [2 Tomos]. Campinas: Editora Unicamp, 1993/ 1994.

DOSSE, François. *A História em migalhas: Dos Annales à Nova História*. Campinas: Ed. Unicamp 1994.

ERIBON, Didier. *Michel Foucault*. Paris: Flammarion, 2008.

FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves. RJ: Forense Universitária, 2008.

_____. *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. Trad. Salma Tannus Muchail. 9. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

_____. *Dits et écrits*. Paris: Gallimard. 2001. v. 1 e v. 2.

_____. *História da loucura*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1978.

_____. *Nascimento da clínica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

GIMBO, Fernando. A arqueologia de Foucault entre a estrutura e a história. *Revista dois pontos*., Curitiba, São Carlos, volume 14, número 1, p. 73-88, abril de 2017.

GUTTING, Gary. *Michel Foucault's archeology of scientific reason*. Cambridge, 1989.

MACHADO, Roberto. *Ciência e saber - A trajetória da arqueologia de Foucault*. RJ: Graal, 1981.

_____. *Foucault, a ciência e o saber*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2006.

SABOT, Philippe. *Lire les mots et les choses de Michel Foucault*. Paris: PUF, 2006.

SARTRE, Jean. *Jean-Paul Sartre répond*. In: *Revue L'Arc*, Paris: Duponchelle, 1990.

VEYNE, Paul. *Foucault, o pensamento, a pessoa*. Lisboa: Edições Texto & Grafia, 2009.

_____. *Como se escreve a história. Foucault revoluciona a história*. Trad. Alda Baltazar e Maria Auxiliadora Kneipp. 3^a ed. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1995.